



## A UFRJ e a sua modernização conservadora durante a ditadura civil-militar (1964-1985)

ANDRÉA CRISTINA DE BARROS QUEIROZ\*

### Introdução

Este trabalho tem íntima relação com a pesquisa que desenvolvemos na Divisão de Memória Institucional do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através do *Projeto Memória, Documentação e Pesquisa* que visa conhecer e difundir o acervo referente à memória e à história da UFRJ. Desde 2006, este projeto faz o levantamento e a análise de diferentes acervos documentais da Universidade: escritos; impressos; manuscritos; iconográficos; cartográficos; bem como, o patrimônio artístico; cultural e histórico-edificado; e às pesquisas relativas à constituição do acervo de História Oral da UFRJ, realizando entrevistas, *a priori*, com os ex-reitores que comandaram a Universidade, o que contribuiu para reflexão sobre a trajetória não somente destes indivíduos na UFRJ, como também sobre a própria instituição, com isso, podemos analisar as diferentes políticas técnico-científicas e educacionais.

Um dos desdobramentos dessa coleta de depoimentos foi o desenvolvimento da pesquisa sobre o período da ditadura civil-militar na UFRJ, já que muitos ex-reitores entrevistados sempre remetiam à sua fala a esse período da história brasileira e os reflexos disso na UFRJ. Diante dessa demanda percebemos a necessidade também de se trabalhar com as memórias dos professores, estudantes e servidores técnico-administrativos que foram perseguidos e expulsos da Universidade neste momento. Além da pesquisa e análise da documentação existente nas Bibliotecas, Arquivos e Museus, ou seja, nos lugares de memória da UFRJ; como também em outras instituições de pesquisa.

É importante ressaltar que a disseminação das pesquisas realizadas pela Divisão de Memória Institucional é realizada durante os seminários anuais, intitulados: *Memória, Documentação e Pesquisa* e exposições dos acervos consultados e analisados. E esses eventos também permitem ampliar o debate em torno de novos estudos sobre História, Memória e Patrimônio produzidos pelos docentes e pesquisadores da UFRJ, bem como

---

\*Historiadora e Doutora em História Social (PPGHIS/UFRJ); Diretora da Divisão de Memória Institucional - SIBI/UFRJ.



os de outras instituições de pesquisa e de ensino. O áudio desses seminários pode ser encontrado na página da Divisão de Memória Institucional ([memoria.sibi.ufrj.br](http://memoria.sibi.ufrj.br)), e os textos dos palestrantes foram organizados em livro que igualmente podem ser encontrados na citada página da internet.

Todo esse patrimônio institucional imprime uma identidade à UFRJ que promove também outras importantes reflexões acerca de sua salvaguarda, preservação e disseminação. Inclusive com relação à sua trajetória, o seu nome também representa uma grande historicidade desde a pioneira Universidade do Rio de Janeiro nos anos 1920, passando pelo paradigma de Universidade do Brasil na Era Vargas até a modernização conservadora como Universidade Federal do Rio de Janeiro no período da Ditadura Civil-Militar, nome empregado até os dias de hoje.

Sobre a história da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lembramos que a sua origem está intimamente relacionada à criação, no Rio de Janeiro, em 1810, da Academia Real Militar<sup>1</sup>, a qual deu origem a Escola Politécnica; à Faculdade de Medicina, de 1832, a partir dos cursos médicos existentes no Hospital Real Militar; e à Faculdade de Direito<sup>2</sup>, em 1891. Assim, foram esses três estabelecimentos de ensino que deram origem, em 1920, à Universidade do Rio de Janeiro (URJ), primeira Universidade do Governo Federal no país (Decreto 14.343, de 7 de setembro de 1920).<sup>3</sup> Todavia, esta se apresentava como Universidade apenas na denominação, já que na prática as suas escolas encontravam-se dispersas espacialmente e funcionavam independentemente, não estabelecendo sequer relações orgânicas.

A partir de 1937, a URJ foi transformada em Universidade do Brasil (UB), com a incorporação de diversas instituições já existentes. Contava com quinze Faculdades e Escolas, um Museu e quinze Institutos (Lei 452, de 5 de julho de 1937). Este período coincide com o início da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), em

---

<sup>1</sup> Em 1792, o vice-rei D. Luiz de Castro assinou os estatutos aprovando a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho que antecedeu a Academia Real Militar, a qual descende, em linha direta, a famosa Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, posteriormente chamada de Escola Nacional de Engenharia, alterada em seguida para Escola de Engenharia da UFRJ e, retornando o nome para Escola Politécnica da UFRJ.

<sup>2</sup> Em 1882, foi criada a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e, em 1891, a Faculdade Livre de Direito da Capital Federal. Estas duas instituições eram de caráter privado. Foi a fusão destas duas instituições que originaram a Faculdade de Direito da futura Universidade do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> A Universidade do Paraná, sediada em Curitiba, foi a primeira Universidade privada criada no Brasil, em 1912, que foi fechada nas décadas seguintes e retomada na década de 1940, e em 1950 tornou-se pública e federalizada.



que a política governamental autoritária e centralizadora esteve presente na constituição das disposições gerais da Universidade, como a ausência de autonomia desta em relação ao Governo Federal.

Segundo Maria de Lourdes Fávero (2000: 53), a Universidade do Brasil viveu sob o controle explícito dos poderes instituídos, caracterizado pela organização monolítica do Estado, sem qualquer autonomia. Para a autora, houve uma exacerbada centralização de todos os serviços de educação, decorrendo daí a concepção de que o processo educativo poderia ser objeto de estrito controle legal.

A partir da Lei 452/37, a Universidade do Brasil deveria configurar-se como referência a todas as Universidades do país, que existissem ou que viessem a ser criadas, congregando a elite intelectual que se incumbiria da direção da nação, “resolver-lhe os problemas, preservar-lhe a saúde, facilitar-lhe o desdobramento e a circulação de riquezas, fortalecer a mentalidade do povo, engrandecer sua civilização” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000: 221).

A partir de 1965, no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985), a UB passou a designar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passando por uma transformação modernizante em tempos de regime autoritário. A UFRJ “incorporou, assim, desde sua fundação, aqueles que são até hoje seus traços constitutivos: retardatária, fragmentada, patrimonialista e elitista – traços esses que se reproduziram o longo do tempo” (UFRJ, 2006: 17).

Fávero (2007: 37) salientou que a padronização do nome das instituições universitárias federais ocorreu em virtude do contexto autoritário em que o país vivia. Ratificando a sua observação com análise da Lei nº 4.759, sancionada em 20 de agosto de 1965, a qual dispôs no artigo 1º que “as Universidades e Escolas Técnicas Federais da União, vinculadas ao Ministério de Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados, serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado”. Esta conformação pela reunião de escolas pré-existentes, dispersas, bem como a intenção totalizadora e elitista marcaram profundamente a origem e trajetória da UFRJ.

### **A memória e a repressão na UFRJ**

Essa pesquisa também se relaciona com os debates em torno da Comissão de Memória e Verdade (CMV) da UFRJ, criada, em Julho de 2013, com o intuito de



investigar os impactos do regime militar e das violações dos direitos humanos no interior da Universidade. Os principais objetivos dessa Comissão, segundo a sua portaria de criação, são: examinar e esclarecer os impactos do regime militar na UFRJ; identificar e esclarecer violações de direitos humanos ocorridas no interior da UFRJ no período; recomendar propostas de reparação aos atingidos; mapear e analisar a documentação sobre o período existente nos arquivos da UFRJ; mapear as iniciativas já realizadas na UFRJ; organizar entrevistas e testemunhos com os atingidos; organizar entrevistas públicas sobre o período; auxiliar na recuperação da memória dos movimentos de resistência ao regime militar na UFRJ; produzir material impresso, audiovisual e digital sobre o período; organizar campanhas para marcação e sinalização de lugares de memória na UFRJ; gerenciar os trabalhos para a implementação do Memorial Estudantes Mortos e Desaparecidos na Ditadura Militar; organizar exposições e eventos com debates, imagens, documentos, e depoimentos; estimular o debate sobre a temática no conjunto da UFRJ; promover a cooperação com os órgãos e entidades públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para intercâmbio das informações, dados e documentos; buscar articulação com as atividades com a Comissão Nacional da Verdade; encaminhar aos órgãos públicos competentes toda qualquer informação obtida que possa auxiliá-los nas ações acerca do período.<sup>4</sup> No início de 2016, os trabalhos da CMV-UFRJ foram finalizados em virtude do término de sua vigência, quando foi entregue o Relatório Final à Comissão Nacional da Verdade<sup>5</sup>, e em agosto do mesmo ano obteve a aprovação do Conselho Universitário da UFRJ para a sua continuidade, com algumas modificações, alterou-se a composição de alguns de seus membros e a sua sede deixou de atuar no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e passou para o endereço do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE) da UFRJ.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Portaria nº 4.966 de 02 de maio de 2013, para a Designação da Comissão da Memória e Verdade e do Grupo de Trabalho. Disponível em: <<http://comissaoдавerdade.ifcs.ufrj.br/portaria4966.pdf>>. Acesso em: Maio de 2016.

<sup>5</sup> O relatório final da Comissão da Memória e Verdade da UFRJ entregue à Comissão Nacional da Verdade pode ser encontrado no Arquivo Nacional, disponível em: <<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/relatorio-final-da-comissao-da-memoria-e-verdade-da-universidade-federal-do-rio-de-janeiro-cmv-ufrj-sobre-as-graves-violacoes-de-direitos-humanos-ocorridas-no-contexto-da-dita-universidade-1>>. Acesso: Agosto de 2016.

<sup>6</sup> Portaria nº 7782, de 23 de agosto de 2016, que Prorroga o prazo e redefine a composição da Comissão da Memória e Verdade da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.dgdi.ufrj.br/images/bufrj/2016/33-2016\\_extraordinrio.pdf](http://www.dgdi.ufrj.br/images/bufrj/2016/33-2016_extraordinrio.pdf)> Acesso em: Agosto de 2016.



A Comissão da Memória e Verdade da UFRJ também fez o levantamento da documentação existente no Arquivo Nacional, Fundo SNI; e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo DOPS, a fim de identificar os membros da comunidade acadêmica que foram perseguidos, expulsos da UFRJ, foram torturados e tiveram seus direitos cassados. Também foram encontrados nesses acervos a documentação referente aos atos de exceção na Universidade e dados referentes à atuação das Assessorias de Segurança e Informação (ASI) dentro das Universidades<sup>7</sup>. Já foram realizadas algumas entrevistas com os professores e servidores técnico-administrativos que foram expulsos da Universidade neste período, mas estas tiveram um clamor afetivo e transformaram-se em um ato público em nome da Justiça de Reparação e num dever de memória, não seguindo o rigor ou o método das entrevistas de História Oral. Há um longo caminho a ser refletir sobre os desdobramentos e resultados obtidos pelas Comissões da Memória e Verdade dentro das Universidades.

Dessa maneira, sentimos a necessidade de ampliar a coleta desses depoimentos para a Universidade de um modo geral, como também estabelecer este caráter metodológico ao criar um acervo de História Oral referente à memória dessa parte da comunidade acadêmica que foi expulsa da Universidade em nome do Decreto-Lei número 477 de 1969 ou por outros mecanismos coercitivos autoritários, estabelecendo com isso uma base de dados que ficará disponível para consulta pública respeitando os interesses dos entrevistados em suas cartas de cessão.

Para Marieta de Moraes Ferreira (2013:46), existe um grande desafio para os historiadores em se estudar a história do tempo presente especialmente após a instalação das Comissões da Verdade, em que se destinam a apurar crimes contra os direitos humanos, não só como objeto de pesquisa acadêmica, mas também se tornaram um tema desafiador do ponto de vista ético e político. Para a autora, pode-se gerar um envolvimento institucional atribuindo ao historiador o papel de juiz da história. Nesse contexto, os historiadores precisariam estar atentos a esses novos desafios e

---

<sup>7</sup> As Assessorias de Segurança e Informação funcionavam sempre dentro das universidades, como órgãos das instituições. Em geral, a ASI situava-se ao lado da sala do reitor, porque era uma assessoria direta da Reitoria. Seus membros eram funcionários da universidade, pagos pela universidade, escolhidos pelo reitor ou aceitos a partir de indicações do general da área. Os reitores mais fracos aceitavam isso, outros faziam escolhas, até porque eles queriam controlar os funcionários para que não trabalhassem contra eles (MOTTA, 2014).



enfrentamentos, aproveitando a oportunidade para ampliar e legitimar o campo de estudos da história do tempo presente, mas também precaver-se das pressões indevidas das demandas sociais e da obrigatoriedade do dever de memória.

Por falar em dever de memória e Justiça de Reparação, a Comissão da Memória e Verdade (CMV) da UFRJ, além de identificar as principais violações de direitos humanos sofridas por sua comunidade acadêmica, definiu como uma de suas ações imediatas com a aprovação do Conselho Universitário e do Reitor Roberto Leher (início da gestão julho de 2015) a proposta de revogação do título de Doutor Honoris Causa concedido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1972, ano que coincide com a conclusão das reformas na Cidade Universitária, inaugurada em 1953 com Getúlio Vargas.<sup>8</sup> Segundo o Reitor da UFRJ Roberto Leher, a anulação desse título configura-se uma “reparação moral aos estudantes e professores da UFRJ torturados, mortos e desaparecidos e como resgate da dignidade acadêmica do Conselho Universitário”. De acordo com o relatório da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, durante os anos em que Médici governou o país, entre 1969 e 1974, vinte e quatro estudantes e dois professores da UFRJ foram assassinados ou desapareceram.

Outro ponto crucial que dialoga com este debate sobre o dever de memória foi o descancelamento da matrícula de Jaime Santiago aprovado pela congregação do Instituto de História da UFRJ no dia 10 de setembro de 2015, em reunião extraordinária. Este foi o primeiro caso de reparação, acompanhado de perto pela Comissão da Memória e Verdade (CMV-UFRJ), aos atingidos pela ditadura na universidade que se concretizou no retorno desse ex-aluno novamente para a UFRJ. Jaime foi obrigado a abandonar o curso de História em 1971 para viver na clandestinidade, ele narrou que tentou o reingresso em 2003, só que foi rejeitado Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico, já que até aquele momento ainda não havia uma política na Universidade que possibilitasse a análise de casos de reparação, o que foi modificado com a criação da CMV-UFRJ.<sup>9</sup>

Segundo Luciana Heymann (2006:4), o dever de memória é uma expressão cunhada ao longo dos anos 1990 e que remete à ideia de que memórias de sofrimento e opressão

---

<sup>8</sup> Os discursos dos presidentes da República em inaugurações na Cidade Universitária no campus da Ilha do Fundão estão disponíveis em: < <http://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/documentos/discursos>>. Acesso: Agosto 2016.

<sup>9</sup> Jornal da AdUFRJ. Disponível em: < <http://www.adufrj.com.br/noticia/ex-aluno-perseguido-pela-ditadura-consegue-reingresso-na-ufrj/>> Acesso em: agosto 2016.



geram obrigações, por parte do Estado e da sociedade, em relação às comunidades portadoras dessas memórias, e que envolve a sociedade civil, o Estado e a comunidade acadêmica. Esse debate tem levado ao questionamento dos instrumentos legais utilizados pelo Estado na gestão de passados sensíveis, tem atualizado a reflexão clássica sobre as relações entre história e memória e provocado discussões acerca do papel do historiador no espaço público.

Sobre o período da Ditadura Civil-Militar na UFRJ, é importante citarmos o trabalho do historiador Rodrigo Patto Motta (2014) em que analisou o autoritarismo na vida universitária nesse momento de 1964 a 1985. Segundo o autor, o intento reformista, de feição autoritária e conservadora, influenciou as políticas do regime militar para as Universidades. As reformas implantadas no ensino superior resultaram de disputas e negociações entre distintos segmentos da coalizão governista, e tiveram a particularidade de sofrer a pressão dos movimentos estudantis que, a partir de 1965, realizaram protestos e manifestações públicas contra a política universitária do regime militar, culminando nas grandes passeatas de 1968. Assim como no caso da política agrária projetada pelos militares, as reformas implantadas nas Universidades foram parcialmente inspiradas em ideias apresentadas no contexto pré-1964, algumas delas defendidas por intelectuais e políticos ligados a João Goulart.

Nos dois casos (reformas agrária e universitária), as principais marcas distintivas das reformas implantadas na ditadura é que elas combinaram o viés modernizador a intentos autoritários e conservadores; o setor moderno da coalizão golpista desejava algumas reformas, mas sob a condição de despolitizar os debates e reprimir quaisquer tentativas de arregimentação social.

De acordo com Motta (2014), no que toca especificamente às universidades, a modernização conservadora significou, no eixo modernizante: racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação. Algumas dessas medidas vinham sendo defendidas desde o início dos anos de 1960, quando começou campanha pela reforma universitária liderada por estudantes e professores e, portanto, o regime militar se apropriou de projetos em gestação durante o governo Goulart. No entanto, a reforma dos militares não contemplou determinadas propostas em discussão no pré-64.



No seu eixo conservador, salientou Motta (2014), a política do regime militar para as Universidades implicou o combate e a censura às ideias de esquerda e tudo o mais considerado perigoso e desviante – e, naturalmente, reprimiu e afastou dos meios acadêmicos os seus defensores; o controle e a subjugação do movimento estudantil; a criação de Agências de Informação (as AESI) para vigiar a comunidade universitária; a censura à pesquisa, assim como à publicação e circulação de livros; e tentativas de disseminar valores tradicionais através de técnicas de propaganda (murais e panfletos), da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo (chamadas nas universidades de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB).

Um ponto culminante do governo autoritário e a sua principal legislação de exceção para as Universidades foi a criação do decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, também chamado de “AI-5 das universidades”, foi um ato decretado pelo general Artur da Costa e Silva que punia professores, estudantes e servidores técnico-administrativos das universidades acusados de subversão ao regime e punidos com a expulsão. Na prática, visava inibir a produção intelectual de uma geração de acadêmicos considerados pela ditadura como “comunistas”. Cabe ressaltar que este período representava um contexto político de grande mobilização contra o comunismo e contra a Revolução Cubana. Essas questões, dominantes na conjuntura internacional, promoviam uma grande polarização e confronto entre os países ocidentais capitalistas e os países comunistas, e exacerbavam internamente as posições ideológicas em conflito.

Este referido decreto-lei também vetou toda e qualquer manifestação considerada de caráter subversivo dentro dos estabelecimentos públicos e privados de ensino, prevendo para os estudantes seu desligamento e proibição de ingresso em outros estabelecimentos de ensino durante três anos e, para professores e funcionários/servidores, a mesma pena pelo período de cinco anos, ou seja, o processo a que se submetia o acusado de acordo com este decreto-lei era sumário.

Cabe destacar que antes da aprovação do Decreto-Lei 477, a UFRJ já havia criado o Código Disciplinar 135, que visava regulamentar a aplicação de sanções disciplinares à comunidade da Universidade, para os docentes estavam previstas as seguintes sanções: desde advertência; repreensão; suspensão de até 15 (quinze) dias; afastamento temporário; e por fim destituição. Para os discentes, as penas previstas eram advertência; repreensão; suspensão até 15 (quinze) dias; suspensão de 16 (dezesesseis) a 30 (trinta) dias;





afastamento temporário; e por fim exclusão. E os servidores técnico-administrativos ficam sujeitos ao regime disciplinar instituído pela legislação em vigor, aplicando as penalidades de repreensão; multa e suspensão até 30 (trinta) dias; destituição da função; demissão ou dispensa.

Desde julho de 1968, o anteprojeto do Código Disciplinar estava sendo discutido em sessões do Conselho Universitário, tendo sido aprovado em 10 de outubro do mesmo ano. Somente em março de 1976, o referido Código sofreria atualização e alteração, sendo, então, incluído no Regimento Geral da UFRJ. É importante ressaltar que apesar do Código de ter sido criado em 1968, as aplicações de penas aos estudantes passaram a fazer referência a ele somente a partir de junho de 1969, como foi possível observar nos boletins da UFRJ (FREITAS, 2014:94-96).

Segue a listagem de alguns dos professores da UFRJ que foram perseguidos e expulsos da Universidade, de acordo com tais instrumentos com o ano de nascimento e morte daqueles que conseguimos recuperar<sup>10</sup>:

1. Abelardo Zaluar
2. Alberto Coelho de Souza
3. Álvaro Borges Vieira Pinto (1909 – 1987)
4. Alvércio Moreira Gomes (1916 -2003)
5. Antonio Cláudio Leonardo Pereira Sochaczewski
6. Aryma Cavalcanti da Costa Santos
7. Augusto Araújo Lopes Zamith
8. Carlos Nelson Coutinho (1943-2012)
9. Darcy Ribeiro (1922 - 1997)
10. Durmeval Trigueiro Mendes
11. Elisa Esther Frota Pessoa (n.1921)
12. Eulália Maria Lahamayer Lobo
13. Evaristo de Moraes Filho (n.1914)
14. Fernando Braga Ubatuba (1913-2003)
15. Francisco Mangabeira
16. Guy José Paulo de Holanda
17. Heleno Cláudio Fragozo
18. Hermes Lima
19. Hugo Regis dos Reis
20. Hugo Weiss
21. Jayme Tiomno (1920 - 2011)
22. João Cristóvão Cardoso
23. José Américo da Mota Pessanha ( ? - 1993)
24. José de Lima Siqueira (1907 -1985)
25. José Leite Lopes (1918-2006)
26. José Stamato
27. Josué Apolônio de Castro

---

<sup>10</sup> Textos originais do site [ciencianaditadura.net](http://ciencianaditadura.net) e os demais nomes pesquisados em listas nos sites do [www.adufrj.org.br](http://www.adufrj.org.br) e [www.bnmdigital.mpf.mp.br](http://www.bnmdigital.mpf.mp.br).



28. Lincoln Bicalho Roque
29. Luiz Gonzaga de Paiva Muniz
30. Manoel Isnard de Souza Teixeira
31. Manoel Maurício de Albuquerque
32. Maria Laura Mouzinho Leite Lopes
33. Maria Yedda Leite Linhares (1921 - 2011)
34. Mário Antonio Barata (1921 – 2007)
35. Marina São Paulo de Vasconcellos
36. Max da Costa Santos
37. Moema Eulália de Oliveira Toscano
38. Oswaldo Herbster de Gusmão
39. Plínio Sussekind da Rocha
40. Quirino Campofiorito da Rocha
41. Roberto Pompeu de Souza Brasil
42. Sarah de Castro Barbosa
43. Victor Nunes Leal
44. Wanderley Guilherme dos Santos

Esta é a listagem dos estudantes da UFRJ que foram expulsos, perseguidos, mortos e desaparecidos<sup>11</sup>, supomos que esta listagem ainda será ampliada conforme a pesquisa for avançando:

1. Adriano Fonseca Filho
2. Ana Maria Nacinovic Corrêa
3. Antônio Carlos Silveira Alves
4. Antônio de Pádua Costa
5. Antonio Sérgio de Matos
6. Antônio Teodoro de Castro
7. Arildo Valadão
8. Áurea Eliza Pereira Valadão
9. Ciro Flavio Salazar e Oliveira
10. Fernando Augusto da Fonseca
11. Flavio Carvalho Molina
12. Frederico Eduardo Mayr
13. Hélio Luiz Navarro de Magalhães
14. Jana Moroni Barroso
15. José Roberto Spigner
16. Kleber Lemos da Silva
17. Lincoln Bicalho Roque
18. Luiz Alberto Andrade de Sá e Benevides

---

<sup>11</sup> Foi realizada a pesquisa sobre a trajetória acadêmica e participação de cada estudante citado acima no movimento estudantil universitário e as suas respectivas participações em grupos ligados à luta armada.



19. Maria Célia Corrêa
20. Maria Regina Lobo Leite Figueiredo
21. Mario de Souza Prata
22. Paulo Costa Ribeiro Bastos
23. Raul Amaro Nin Ferreira
24. Sônia Maria Lopes de Moraes
25. Stuart Edgar Angel Jones

É possível expor que o ponto culminante da estruturação desse aparato autoritário e coercitivo dentro das Universidades ocorreu em 1971, com a criação de um mecanismo específico para monitorar, vigiar e, sobretudo, levantar informações dentro de cada instituição de ensino superior. Esses órgãos que atuaram no interior de dezenas de universidades brasileiras ficaram conhecidos como Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs). Estima-se que em, aproximadamente, 35 universidades foram criadas AESIs, além de outras 15 ligadas ao MEC, como foi o caso da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (Capes). Em geral, as Assessorias de Segurança e Informação (ASIs) deveriam atuar nas universidades públicas federais e estaduais no levantamento de informações no interior da comunidade universitária. Em outras palavras, o surgimento dessas assessorias teria como finalidade identificar e monitorar os chamados “elementos subversivos”, dentro de um espaço considerado crítico: o campus. (MÜLLER e FAGUNDES. 2014: 46)

Lembramos que desde a instauração do golpe de 1964, as Universidades se tornaram foco de atuação do regime militar, pois foram consideradas locais onde as ideias comunistas se propagariam mais facilmente entre os estudantes e os professores, por isso a necessidade de um controle efetivo e de mais perto se fazia presente. Um exemplo disso foi perseguição política sofrida pelos professores e estudantes da antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil, e posteriormente UFRJ, com a atuação de agentes do Estado Autoritário dentro da Universidade. Em entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira, a Professora Maria Yeda Linhares citou alguns episódios relacionados ao controle dos órgãos de informação do Estado dentro da FNFfi.

De acordo com os dossiês produzidos pelos órgãos de segurança, na FNFfi funcionava uma célula comunista que reunia vários professores. As informações reunidas nesses dossiês recuperam eventos e personagens que atuaram na FNFfi a partir de 1958, e uma figura destacada nas denúncias feitas por Eremildo, mas também mencionada em outros relatos, é a de Maria Yeda Linhares. Segundo essa



documentação, que pretendia fazer um histórico das ações da esquerda na FNFi, reunindo documentos relativos a diferentes momentos. [...] Constituindo-se a FNFi e alguns de seus professores, na visão dos órgãos de segurança, em um antro de comunistas e de perigosos extremistas, seria um alvo preferencial da repressão. A “caça às bruxas” estava em vigor e, mais uma vez, episódios pontuais do passado, que envolveram alunos e resultaram em inquéritos administrativos para apurar atos tidos como indecorosos, foram acionados para incriminar e desmoralizar professores, acusados de coniventes e participantes de atividades imorais no âmbito da faculdade (FERREIRA, 2014:34).

Para Marieta de Moraes (2002: 314-332), os usos políticos do passado possibilitam que as entrevistas orais sejam vistas como memórias que espelham determinadas representações. Assim, as possíveis distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa. Segundo a historiadora, a memória invade o cotidiano, mas na maioria das vezes apenas como mais um produto para satisfazer parcialmente uma demanda por identidade, e torna-se assim uma “memória domesticada”.

Dessa maneira, começar esta coletando os depoimentos com os ex-reitores da UFRJ para organizar o acervo de História Oral da instituição nos possibilitou também analisar essas memórias como instrumentos e fontes para o estudo da vida universitária nesse período de 1964-1985. Uma vez que a maioria desses reitores ou foi estudante da UFRJ neste período ou estava no início da carreira docente na Universidade, e rememoraram em suas entrevistas as lembranças sobre esse período autoritário na vida da instituição. Foram entrevistados com os seguintes reitores da UFRJ:

- 1) Sérgio Eduardo Longo Fracalanza (Gestão:2002-2003) – entrevista 20/03/2013 – Biblioteca Pedro Calmon;
- 2) Nelson Maculan Filho (Gestão:1990-1994) – entrevista 27/03/2013 – Biblioteca Pedro Calmon;
- 3) Alexandre Pinto Cardoso (Gestão:1989-1990) – entrevista 03/04/2013 – Biblioteca Pedro Calmon;
- 4) Paulo Alcântara Gomes (Gestão:1994-1998) – entrevista 10/04/2013 – Biblioteca Pedro Calmon;
- 5) Carlos Lessa (Gestão:2002-2003) – entrevista 24/05/2013 – Residência
- 6) Carlos Antônio Levi da Conceição (Gestão:2011-2015) – entrevista 07/04/2016 – Anexo da Biblioteca do CFCH

Destacamos que durante o período ditatorial a UFRJ possuía os seguintes reitores:

	Início da gestão	Final da gestão
1) Pedro Calmon Moniz de Bittencourt - Direito	1951	1966



2) Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão - Medicina	1966	1969
3) Clementino Fraga Filho - Medicina	Outubro/1966	Março/1967
4) Djacir Lima Menezes - Direito	1969	1973
5) Hélio Fraga - Medicina	1973	1977
6) Luiz Renato Carneiro da Silva Caldas - Medicina	1977	1981
7) Adolpho Polilo - Engenharia	1981	1985
8) Horácio Cintra de Magalhães Macedo - Químico	1985	1989

Como definiu Alessandro Portelli (1997), a história oral não deve ser observada apenas como um instrumento que fornece informações sobre o passado, o que lhe é interessante é a subjetividade dos narradores. Uma vez que com ela podemos explorar a relação entre história e memória, colocando em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequacionar passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando atenção para os usos políticos do passado.

Sobre os reflexos da ditadura na UFRJ, os antigos Reitores quando ainda eram estudantes ou ainda estavam no início da carreira docente na Universidade declararam:

Dar uma ideia de que vivíamos ali, na virada dos sessenta, início dos sessenta, um momento de intenso debate e reflexão sobre o Brasil que acabou desembocando no Golpe Militar de 64, eu e meus principais amigos, todos contra o Golpe, né?! Eu comecei a fazer uma Campanha, isoladamente, contra o Golpe. As Nações Unidas, do qual eu já era Vice-diretor do Centro, preventivamente, me retirou do Brasil, e eu fui me exilei no Chile, e passei três anos e meio lá. (Carlos Lessa)

[...] uma foi a invasão da Faculdade de Medicina e depois aqui mesmo o Conselho Universitário reunido sob a presidência do Professor Clementino Fraga Filho, as lideranças estudantis e os estudantes presentes e lembro bem do Vladimir Palmeira era o presidente da União Metropolitana dos estudantes, era aluno nosso da faculdade de Direito, aliás ele presidiu o CACO, o Centro Acadêmico Candido Oliveira e que não estava naquela ocasião pugnando por mais verbas federais, discutir um pouco a reforma universitária que estava por vir e foi feita pelo MEC e nessa ocasião também a Universidade foi invadida, esse prédio aqui foi invadido e muitas pessoas foram presas, muitos fugiram para o Campo do Botafogo e foi um episódio também de triste memória, mas que foi vivenciado por alunos e professores na ocasião. O professor Clementino Fraga teve um papel muito importante naquela ocasião e de uma certa maneira impedindo que fosse invadido literalmente. O que fez ele? Ele saiu a frente dos estudantes por aquele portão onde hoje é a saída de carros e considerasse a manifestação e todos saíram para



impedir que a polícia entrasse. Foi um gesto simbólico, mas importante, mas que acabaram entrando, mas não da forma que haviam planejado. (Alexandre Cardoso)

No período de 2014-2016 foi realizado um trabalho de pesquisa na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, tendo sido escolhidos dois jornais da grande imprensa que tivessem mais citações sobre a UFRJ, entre 1960 e 1969 (Correio da manhã e Diário de Notícias); 1970-1979 (Jornal do Brasil e Diário de Notícias) 1980-1989 (Jornal do Brasil). O quantitativo de fontes pesquisadas e analisadas foi bastante volumoso, cabe notar que na década de 1960 foram selecionados 2.135 artigos. Pesquisamos nos jornais sobre a vida universitária, o movimento estudantil, questões educacionais e político-administrativas da UFRJ e também sobre a gestão dos reitores neste período.

Ressaltamos que quando o golpe civil-militar completou 50 Anos, em 2014, a Divisão de Memória Institucional da UFRJ organizou a Exposição: 1964: UFRJ - Imagens, Falas e Informações, no Átrio do Palácio Universitário, Praia Vermelha, UFRJ. Inauguração: Agosto de 2014. Foram expostas fotografias que pertencem ao Fundo SNI do Arquivo Nacional, com imagens que representavam a invasão das forças de Segurança do Estado Autoritário na Universidade e o Movimento Estudantil na UFRJ.

## **Conclusões**

Apesar do incentivo à criação de alguns Programas de Pós-Graduação especialmente na área de conhecimentos tecnológicos que se coadunavam ao ideal modernizante-conservador do regime autoritário, ou da valorização de outros Programas que cresceram exatamente neste momento como o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, a COPPE, criado um ano antes do golpe em 1963, e que se tornou uma referência em pesquisa de Engenharia na América Latina, foi durante o período da ditadura civil-militar, que a UFRJ enfrentou um grande esvaziamento de seu quadro docente, como também a expulsão de muitos estudantes, prejudicando o incremento de muitas pesquisas, especialmente na área das ciências humanas e sociais, houve uma grande baixa sofrida na Educação e nas Licenciaturas, como evidenciou a Professora de História Eulália Lobo em entrevista a Ferreira (2014:36),

[...] no curso de história o período do regime militar foi devastador. O próprio processo de criação dos programas de pós-graduação, desenvolvidos durante o regime militar e que alcançou sucesso em



muitas universidades, no caso do Departamento de História não se concretizou. A tentativa de criação do curso de pós-graduação em história, em 1970, pelo professor Eremildo Viana, não logrou sucesso.

Além da perseguição à comunidade acadêmica e controle das ASIs, também houve um controle efetivo nas Bibliotecas Universitárias não permitindo que se colocassem nas prateleiras autores considerados proibidos pela ditadura, especialmente de cunho marxista ou que fossem considerados comunistas.

Ao nos debruçarmos nas pesquisas, identificamos algumas lacunas e documentos que se encontram desaparecidos como as Atas do Conselho Universitário (CONSUNI) durante um vasto período de tempo, do final dos anos 1960 até o início dos anos 1970. Elas sumiram e ainda não estavam digitalizadas, e será muito difícil recuperar essa documentação. Este acervo pertence ao Gabinete do Reitor.

Enfim, além das entrevistas com os docentes que foram expulsos da Universidade e a organização desse acervo de História Oral com a memória desses professores, existe ainda uma profusão de documentos que necessitam ser analisados seja nos lugares de memória da UFRJ, no Arquivo Nacional ou no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, a fim de que a memória e a história sobre esse passado autoritário e cerceador na Universidade seja motivo de reflexão e debate em outras tantas pesquisas acadêmicas. Dessa maneira, evidenciamos a importância dessa pesquisa no que tange à trajetória da UFRJ e à sua memória institucional.

## Referências

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ; INEP, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. *Projeto História. Ética e História oral*, São Paulo, n. 15, p.157-164, abr. 1997.

\_\_\_\_\_. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.5, p.314-332, 2002.



\_\_\_\_\_. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB). *História da Historiografia*. Ouro Preto: Edufop, 2013, n. 11, p.65-84, dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ. *Ciência e Cultura*, v.66, n.4, São Paulo, out.-dez., 2014.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017.

FREITAS, Adriana da Silva. Repressão aos estudantes da UFRJ no cenário ditatorial. 2014. Dissertação (Mestrado - Pós-Graduação em Serviço Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

GERMANO, José W. *Estado Militar e Educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.

HEYMANN, Luciana. *O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

LEHER, Roberto e SILVA, Simone. A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar. *Universidade e Sociedade*. n.54, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica e FAGUNDES, Pedro Ernesto. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. *Ciência e Cultura*. São Paulo. v.66; n. 4. out./dez. 2014.

OLIVEIRA, Antonio José B. de; QUEIROZ, Andréa C. B.; MELLO, Paula M. A. M. *Projeto Memória da UFRJ*. Rio de Janeiro, 2009. (Mimeo)

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. v. 5, n.10, p.200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: *Projeto História*. Revista do PPGH / PUC-SP. São Paulo, vol. 15, p.13-49, 1997.

QUEIROZ, Andréa C. B. e OLIVEIRA, Antonio José B (Org.). *Universidade e lugares de memória II*. Rio de Janeiro: UFRJ/SIBI, 2009.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

SCHWARTZMAN, S., BOMENY, H. M. B., COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: FGV; Paz e Terra, 2000.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Proposta de plano quinquenal de desenvolvimento para a UFRJ*. Março de 2006. (Série Debate)

XAVIER, Libânia Nacif. *Iniciativas de preservação da memória institucional na UFRJ*. [199-]. Mimeo.

### **Fontes**

Atas do CONSUNI

Boletins da UFRJ

Jornal da AdUFRJ

Jornal do SINTUFRJ